



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 184

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PFL

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PMDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo.....Deputado Valdir Rossoni  
PFL.....Deputado Plauto Miró  
PTB.....Deputado Valdir Rossoni  
PMDB.....Deputado Orlando Pessuti  
PPB.....Deputado Augustinho Zucchi  
PT.....Deputado Péricles H. de Mello  
PDT.....Deputado Edgar Bueno  
PL.....Deputado Horácio Rodrigues  
PSN.....Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 01ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DO  
PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM  
22 DE DEZEMBRO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não há Ata da sessão anterior a ser lida.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2139**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/98, que aprova ajuste de obras ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes, no valor de R\$ 8.750.000,00 (oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais), e consequentemente a conversão de fontes no valor de R\$ 5.450.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/98, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto à União, até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que trata da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/98, que autoriza o Poder Executivo a implantar Sistema de Transferência ao Tesouro Geral do Estado de saldos financeiros disponíveis em órgãos da Administração Indireta do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 167, de 08.12.98 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 507/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/98, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar sistema de transferência ao Tesouro Geral do Estado de saldos financeiros disponíveis em órgãos da Administração Indireta do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

**Aprovado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para discutir)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Governo do Paraná, há dois meses atrás ou três mais precisamente, já fez com que mesmo sem autorização Legislativa, entre os órgãos indiretos onde participa o Governo, recolheu indevidamente alguns recursos, entre eles o da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Estivemos na Secretaria de Finanças, com o Secretário Giovani Gionédís, através dos seus técnicos, e lá aquela autoridade viu que realmente havia extrapolado no sentido não só de Ponta Grossa, mas das 5 instituições maiores de ensino deste Estado, onde recursos oriundos dos vestibulandos é de prestação de serviços a terceiros, foram arrematados ao Tesouro Geral do Estado.

Queria alertar aos Srs. Parlamentares que deveríamos, agora, quando for em 2ª Discussão, apresentar algumas emendas com a aquiescência do Líder do Governo, de que fosse consultado realmente a origem de dinheiro a serem aferidos ao Tesouro Geral do Estado. Não é admissível Sr. Presidente e Srs. Deputados, que rendas próprias de diversas autarquias, e de administrações indiretas deste Estado, como prestação de vestibular, como tivemos agora nesta semana que se findou, é prestação de serviços de terceiros, falando tão somente em ensino superior deste Estado, o Tesouro Geral do Estado realmente tire, numa conta conjunta que é feita entre o Governo do Estado e aquelas Instituições tinham os seus recursos antes de serem consultados as suas origens.

Quero, acredito e tenho de certeza, que o Líder do Governo concorda conosco neste ponto de vista, e agora alertando que a lei está retirando, exceto as nossas Instituições maiores, trazendo aqui a presença do professor, nosso colega Péricles Mello, queríamos tão somente dizer que concordamos com a lei, tirando as Entidades Superiores de Ensino deste Estado.

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/98, que objetiva dar nova redação ao art. 237 e seus parágrafos, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná). **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 535/98.

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 237 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 237 - O funcionário pode obter licença por motivo de doença em pessoa da família, na condição de cônjuge, filho, pai, mãe ou irmão, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, incompatível com o exercício do cargo.

§ 1º - A concessão da licença depende de inspeção médica do órgão pericial oficial do Estado, na forma prevista no art. 211.

§ 2º - A licença de que trata este artigo é concedida com vencimento ou remuneração, até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, compreendidos no período de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º - Ultrapassado o período de 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, a licença de que trata este artigo poderá ser concedida com os seguintes descontos:

I - de 50% (cinquenta por cento) do vencimento, quando exceder de 90 (noventa) dias até 180 (cento e oitenta) dias;

II - sem vencimento ou remuneração, quando exceder de 180 (cento e oitenta) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias, limite da licença.

§ 4º - Em caso do inciso II do parágrafo anterior, só poderá ser concedida nova licença, transcorridos 2 (dois) anos do término da licença anterior.

§ 5º - No curso de licença por motivo de doença em pessoa da família, o funcionário abster-se-á de quaisquer atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento ou remuneração, até que reassuma o cargo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 535/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dar nova redação ao art. 237 e seus parágrafos, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A mesa convoca os Srs. Deputados a comparecerem nos dias 28 e 29 de dezembro. Temos importantes matérias para serem votadas, e encareço a necessidade da presença dos Srs. Deputados.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, antes que vossa Excelência de por encerrada a Sessão, só gostaria de relatar um fato meio inusitado, que está acontecendo exatamente neste momento nas cidades aqui da Região Metropolitana de Curitiba.

Os pequenos agricultores da cidade de Contenda, plantadores de batata, plantadores de feijão, que já estiveram em alguma oportunidade junto ao Governo do Estado negociando as suas dívidas. O Banco do Brasil está neste momento, desde ontem, pegando os tratores e as propriedades dos pequenos agricultores. Eles estão se dirigindo ao Centro da Capital do Estado para denunciar junto as autoridades que tomem algumas providências para que isso não seja feito.

No entanto, a polícia rodoviária do Estado do Paraná, prendeu os tratores, agora na cidade de Araucária, sobre o pretexto de que os tratores não têm documentos. Não me parece que seja atribuição da Polícia Rodoviária exigir IPVA, dos tratores dos pequenos agricultores do Estado do Paraná.

Então, o apelo que faço ao Deputado Líder do Governo nesse momento, é que entre em contato com as autoridades do Governo do Estado, que permitam o tráfego dos pequenos agricultores e dos tratores até a Capital do Estado.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Presidência fica solidária com Vossa Excelência e vai solicitar as autoridades rodoviárias que procedam a soltura das pessoas e das máquinas, que entendo, como Vossa Excelência entende que não é competência da Polícia Rodoviária, cuidar das dívidas do Banco do Brasil. Estamos solidários com Vossa Excelência e com o pessoal da lavoura de Contenda e das regiões circunvizinhas.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2139, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando os Senhores Deputados para as sessões dos dias 28 e 29 do corrente mês.

A Mesa alerta aos Senhores Deputados, que se nesses dois dias não funcionar a Assembléia, não teremos direito a receber a desconvocação. É um alerta muito sério.

Levanta-se a sessão.